

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.058, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

Publica listagem complementar dos atos normativos inferiores a decretos vigentes no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar a listagem dos atos normativos vigentes contida na Portaria nº 722, de 3 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União- DOU, de 4 de outubro de 2022, Seção 1, p. 18, nos seguintes termos:

- I- acrescentar os normativos do Anexo I a esta Portaria à lista de atos vigentes.
- II - suprimir os normativos do Anexo II a esta Portaria da lista de atos vigentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

(Publicada no DOU nº 1, de 02 de janeiro de 2023, seção 1, página 28)

ANEXO I

Portaria nº 981, de 18 de novembro de 2020, - Estabelece procedimentos e fluxos internos visando à prevenção e ao tratamento de atos de nepotismo no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 241, de 7 de abril de 2022, - Altera o art. 5º, inciso II, da Portaria nº 503, de 28 de maio de 2022, que trata da Política de Governança do MEC.

Portaria nº 1.026, de 16 de dezembro de 2021, - Altera a Portaria nº 1.917, de 1º de novembro de 2019, que trata da Comissão de Ética do MEC.

Portaria nº 16, de 12 de janeiro de 2022, - Recondução de servidores à Comissão de Ética do MEC.

Portaria nº 293, de 20 de abril de 2022, - Altera a Portaria MEC nº 992, de 6 de dezembro de 2021, que institui normas e procedimentos relacionados ao Serviço de Informações ao Cidadão da Ouvidoria do Ministério da Educação - MEC, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Portaria nº 923, de 23 de novembro de 2021, - Altera a Portaria MEC nº 2.015, de 20 de novembro de 2019, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2020.

Portaria nº 924, de 23 de novembro de 2021, - Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021.

Portaria nº 85, de 14 de fevereiro de 2022, - Altera a Portaria MEC nº 532, de 14 de julho de 2021, que regulamenta a modalidade autofomentada das escolas participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim.

Portaria nº 277, de 7 de maio de 2021, - Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos para subsidiar o processo de regulamentação da Política Nacional de Formação de Profissionais de Educação Básica, estabelecida por meio do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.

Portaria nº 1.066, de 28 de dezembro de 2021, - Dispõe sobre o Comitê Gestor Nacional para acompanhamento da Política Nacional de Formação de Profissionais de Educação, conforme o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.

Portaria nº 440, de 24 de junho de 2022, - Designa os membros, titulares e suplentes, do Comitê Gestor Nacional para acompanhamento da Política Nacional de Formação de Profissionais de Educação.

Portaria nº 651, de 30 de agosto de 2022, - Altera os membros, titulares, do Comitê Gestor Nacional para acompanhamento da Política Nacional de Formação de Profissionais de Educação.

Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019, - Dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de que trata o art. 7º, § 5º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Portaria MEC nº 553, de 21 de julho de 2021, - Altera a Portaria nº 1.716, de 3 de outubro de 2019, que dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Portaria MEC nº 1.029, de 17 de dezembro de 2021, - Designa os membros, titulares e suplentes, da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Portaria MEC nº 401, de 3 de junho de 2022, - Altera a Portaria MEC nº 1.029, de 17 de dezembro de 2021, atualizando as representações do Ministério da Educação - MEC (Ministro), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - Semesp, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime/Região Norte.

Portaria MEC nº 201, de 4 de fevereiro de 2020, - Publica o Regimento Interno da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Portaria MEC nº 552, de 21 de julho de 2021, - Altera o Anexo à Portaria nº 201, de 4 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Portaria MEC nº 411, de 17 de junho de 2021, - Institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de discutir a atualização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja.

Portaria MEC nº 557, de 22 de julho de 2021, - Altera a Portaria nº 411, de 17 de junho de 2021, incluindo a Federação Nacional das Escolas Particulares - Fenep na composição do Grupo de Trabalho - GT de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja.

Portaria MEC nº 1.000, de 8 de dezembro de 2021, - Prorroga a vigência do Grupo de Trabalho - GT de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja por 180 dias.

Portaria MEC nº 389, de 1º de junho de 2022, - Prorroga a vigência do Grupo de Trabalho - GT de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja por 180 dias.

Portaria MEC nº 467, de 1º de julho de 2022, - Institui o Comitê de Governança do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e homologa os parâmetros de atualização do Enem.

Portaria MEC nº 445, de 25 de junho de 2021, - Institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de discutir a atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

Portaria MEC nº 558, de 22 de julho de 2021, - Altera a Portaria nº 445/2021, incluindo a Federação Nacional das Escolas Particulares - Fenep na composição do Grupo de Trabalho - GT de atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

Portaria MEC nº 1.052, de 24 de dezembro de 2021, - Prorroga por 180 dias a vigência do Grupo de Trabalho - GT de atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

Portaria MEC nº 395, de 2 de junho de 2022, - Prorroga por 180 dias a vigência do Grupo de Trabalho - GT de atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

Portaria MEC nº 805, de 8 de outubro de 2021, - Delega competência ao Secretário de Educação Básica para a prática dos atos que menciona.

Portaria MEC nº 308, de 2 de maio de 2022, - Designa os membros da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, de que trata o art. 17, incisos I a III, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Portaria MEC nº 487, de 11 de julho de 2022, - Altera a Portaria MEC nº 308, de 2 de maio de 2022.

Portaria MEC nº 675, de 20 de setembro de 2022, - Altera a Portaria MEC nº 308, de 2 de maio de 2022.

Resolução CIF nº 1, de 28 de outubro de 2021, - Aprova as ponderações aplicáveis às diferentes etapas, às modalidades, à duração da jornada e aos tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, bem como a metodologia de cálculo do indicador para a educação infantil de que trata o parágrafo único do art. 28 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para vigência no exercício financeiro de 2022.

Resolução CIF nº 1, de 27 de julho 2022, - Aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação Valor Aluno Ano por Resultados - VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023, e dá outras providências.

Resolução CIF nº 2, de 14 de setembro de 2022, - Prorroga o prazo estabelecido no art. 5º da Resolução CIF nº 1, de 27 de julho de 2022.

Resolução CIF nº 3, de 4 de outubro de 2022, - Prorroga o prazo estabelecido no art. 5º da Resolução CIF nº 1, de 27 de julho de 2022.

Portaria MEC nº 307, de 2 de maio de 2022, - Designa os membros para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação da União - CACS/União, de que tratam os arts. 33 e 34, inciso I, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e o Decreto nº 10.655, de 22 de março de 2021.

Portaria MEC nº 307/2022, de 15 de junho de 2022, - Retificação.

Portaria SETEC nº 12, de 3 de maio de 2016, - Aprova a quarta edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.

Portaria nº 1.249, de 27 de novembro de 2018, - Dispõe sobre a metodologia de acompanhamento e avaliação das ações voltadas à gratuidade regimental, elaborada de comum acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac.

Portaria nº 1.720, de 8 de outubro de 2019, - Dispõe, em caráter excepcional, sobre a utilização de saldos financeiros dos recursos transferidos ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, por intermédio dos órgãos gestores da Educação Profissional e Tecnológica, decorrentes da previsão contida no inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Portaria nº 4.033, de 24 de novembro de 2005, - Regulamenta o funcionamento das Cooperativas-Escolas bem como suas relações jurídico-formais com as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica vinculadas ao Ministério da Educação - MEC.

Portaria nº 394, de 2 de junho de 2022, - Dispõe sobre o sobrestamento de pedidos de credenciamento apresentados por universidades.

Portaria nº 371, de 20 de maio de 2022, - Revoga a Portaria MEC nº 343, de 12 de maio de 2022.

Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022, - Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. Altera a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.

Portaria nº 332, de 2 de junho de 2022, - Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Altera a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.

Portaria nº 238, de 23 de abril de 2021, - Altera a Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, e define suas diretrizes gerais.

Resolução nº 19, de 22 de outubro de 2021, - Altera a Resolução nº 38, de 8 de outubro de 2013, que estabelece orientações e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito da Escola da Terra.

Resolução nº 2, de 20 de abril de 2021, - Dispõe sobre os critérios para destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na zona rural, para garantir o abastecimento de água em condições apropriadas ao consumo e o esgotamento sanitário nas unidades escolares beneficiadas.

Resolução nº 5, de 20 de abril de 2021, - Dispõe sobre os critérios de destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica, localizadas na zona rural (campo, indígenas e quilombolas), a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades escolares beneficiadas.

Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Portaria MEC nº 976, de 05 de maio de 2006, - Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação - MEC, conforme Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, - Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais".

Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, - Instituiu o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola.

Portaria nº 243, de 15 de abril de 2016, - Estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Portaria nº 1.4787, de 27 de novembro de 2014, - Dispõe sobre os serviços considerados de natureza contínua no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

ANEXO II

Portaria MEC nº 343, de 12 de maio de 2022, - Altera a Portaria MEC nº 523, de 1º de junho de 2018.

Norma Operacional nº 1, de 12 de abril de 1999, - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, no âmbito da SAA/MEC.